

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

18/03/11 – MPF realizará audiência pública para discutir regulamentação da profissão de arqueólogo

Evento será realizado no dia 5 de abril, no auditório da Procuradoria em São Paulo, com acesso livre aos interessados

O Ministério Público Federal em São Paulo realizará, no dia cinco de abril, audiência pública para discutir, com o poder público e a sociedade civil, a necessidade de regulamentar a profissão de arqueólogo. O evento terá início às 9h, no auditório da Procuradoria em São Paulo e poderá ser acompanhado por qualquer pessoa interessada, sem necessidade de inscrição prévia.

Entre os temas abordados estão a regulamentação por lei, da profissão de arqueólogo; a auto-regulação da profissão, com a construção de um protocolo de boas práticas e diretrizes de procedimento; o estabelecimento de critérios mínimos para o exercício da arqueologia; a atuação preventiva para tutelar o patrimônio arqueológico; e a atuação preventiva nos licenciamentos ambientais referentes ao patrimônio arqueológico.

Serão convidados, como expositores, representantes do Ministério Público Federal, da Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB, do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional – Iphan, dos ministérios da Cultura, da Educação e do Trabalho e da deputada federal Sandra Rosado, relatora do PL 912/2007.

Para subsidiar o debate, serão disponibilizados no site da Sociedade de Arqueologia Brasileira (www.sabnet.com.br), a partir do dia 21 de março, alguns documentos que tratam da regulação da profissão.

A audiência pública será presidida pela procuradora da República Inês Virgínia Prado Soares, que vem acompanhando toda a discussão sobre a regulação da profissão. Para ela, o MPF tem uma participação importante nesse processo, já que o bem arqueológico é um bem da União federal e um bem cultural de enorme importância para a compreensão da trajetória do ser humano aos longo dos séculos. “A crescente oferta de cursos de graduação e pós-graduação e a consequente abertura de novos campos de trabalho em arqueologia exigem uma constante reflexão sobre critérios mínimos para o exercício da atividade”, afirmou.

Nos últimos anos tem sido crescente a demanda pelo trabalho de arqueologia, inclusive com oferta de cursos de graduação e pós-graduação. “Em 1991, o Iphan autorizou cinco pesquisas arqueológicas. Em 2010 foram expedidas quase 1000 autorizações”, exemplificou Inês Soares.

SERVIÇO:

Audiência Pública - Acompanhamento da regulamentação do profissional arqueólogo

Quando: 05 de abril

Horário: 9h às 17h

Onde: auditório da Procuradoria da República no Estado de SP

Endereço: rua Peixoto Gomide, 768, térreo, Cerqueira César - São Paulo - SP

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Estado de S. Paulo
Mais informações: Elaine Martinhão e Marcelo Oliveira
11-3269-5068
ascom@prsp.mpf.gov.br
www.twitter.com/mpf_sp